

O DISCURSO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE JOAQUIM NABUCO (1879-1888)*

*Celso Noboru Uemori ***

RESUMO

Este artigo analisa os discursos elaborados por Joaquim Nabuco entre 1879 e 1888, período em que o abolicionista batalhou pela extinção da escravidão. Buscar-se-á compreender esses discursos como obra de um político e intelectual que seguiu uma certa tradição da intelectualidade brasileira de atribuir a si uma missão pedagógica e civilizatória. Vendendo-se como a “consciência da nação” atuou em meio a uma acirrada luta política tanto entre os partidos, quanto entre as alas que compunham o “movimento abolicionista”. Através de um “discurso pedagógico”, alertou os escravocratas, em primeiro lugar, quanto ao perigo de defender uma instituição “condenada”; em segundo, que o único caminho seguro para realizar a transição sem os traumas da “revolução” era a via parlamentar, mediante a ação prudente, moderada, isto é, distante dos “extremismos”.

PALAVRAS-CHAVE: escravidão, abolição, civilização.

ABSTRACT

This article analyzes the speeches of Joaquim Nabuco elaborated between 1879 and 1888, the period in which the abolitionist campaigned for the extinction of slavery. An effort will be made to comprehend those speeches as the work of a politician and intellectual who followed a certain tradition among Brazilian intellectual, of attributing to himself a civilizatory and pedagogic mission. Envisioning himself as “the conscience of de

* Tratei desse tema na minha dissertação de mestrado, intitulada *Joaquim Nabuco: lutas, propostas e diálogos (1879-1888)*, defendida na PUC-SP, em 2001.

** Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP e membro do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais).

Nation”, he during a heated political strife, not only between the parties, but also among the wings constituting the “abolitionist movement”. By means of a “pedagogic discourse”, he alerted the slavers, first, about the danger of defending a “doomed” institution; and second, that the only safe pathway to get over the transition without the traumas of “revolution”, was the parliamentary way, through a prudent, moderate action, that is to say, avoiding “extremisms”.

KEYWORDS: slavery, abolition, civilization.

1- A tradição missionária do intelectual brasileiro

A análise do papel dos intelectuais na formação brasileira permite afirmar que eles atribuíram a si uma “missão civilizatória”. A “inteligência brasileira” começou a existir com a instalação dos colégios jesuítas no século XVI, cujo trabalho visava a uma “atividade docente”, consistindo em “ensinar”, ou melhor, impor aos índios a cultura europeia como a única verdade possível.¹

Nos anos 20 do século dezanove, a voz isolada de José Bonifácio tentou alertar os membros de sua classe que as mudanças estruturais de base – extinção do tráfico negreiro, gradual supressão do trabalho escravo e a “reforma agrária” (confisco dos latifúndios improdutivos) – eram necessárias, tendo em vista mudar uma sociedade considerada atrasada. Esse ideólogo, culto e “ilustrado”, que viveu por muito tempo na Europa, era um membro da elite, empenhado em indicar para a sua classe o caminho da “modernização” e, assim, superar a distância entre os países europeus e o Brasil.²

¹ SANTIAGO, Silvano. Apesar de dependente, universal. In: *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 15.

² ANDRADA e SILVA, José Bonifácio. *Representação à Assembléia geral constituinte e legislativa do Império do Brasil*. Paris: Tipografia de Firmin Didot, 1825.

Em meados do século XIX, José de Alencar imaginou a dramaturgia como uma forma de educar a “boa sociedade”. Isto se daria mediante o ensinamento do que seria “bom gosto”, “refinamento” e o ideal estético condizente ao modo “civilizado”.³

Ele também atribuiu aos artistas, críticos, poetas e escritores, nesse período “especial e ambíguo da formação da nacionalidade”, a “missão” de cunhar uma “língua brasileira”. Esses “operários” foram incumbidos de ficar atentos à linguagem corrente para polir, desbastar, amputar o que era mau gosto, vulgar para, finalmente, chegar ao “ouro fino”.⁴ Alencar atribuiu ao homem de letras, no momento que se formava a nacionalidade, em meio ao influxo de valores europeus (marcadamente de origem francesa), o papel de agente “civilizador” da sociedade.

Também vale a pena mencionar o papel dos advogados e juristas do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB)⁵. Nos anos 50 e 60, esse Instituto, diante a crise da escravidão, provocada pela cessação do tráfico de africanos, discutiu e propôs medidas para reformar o sistema, frente à “humanização” do mesmo. Os membros do Instituto, Caetano Soares, Montezuma, Teixeira de Freitas, Perdigão Malheiro, entre outros, viam a necessidade de elaborar um arcabouço jurídico, cuja finalidade era a de “melhorar a sorte dos escravos” e criar mecanismos legais para que o Estado pudesse interferir na relação senhor - escravo.

³ O teatro de Alencar tinha o objetivo de afirmar a “... integração da perdida unidade entre o indivíduo e coletivo – sob a égide do teatro moralizado e da moralidade burguesa corrigida de eventuais equívocos, como o de confundir casamento e interesse...” AGUIAR, Flávio. *A comédia nacional no teatro de José de Alencar*. São Paulo: Ática, 1984, p.134; vários autores fizeram menção à “missão civilizatória” do teatro de Alencar. Ver: RIBEIRO, Renato Janine. *Iracema ou a fundação do Brasil*. In: FREITAS, Marcos César (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998; SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a Monarquia e a República*. Goiânia: UFC/Ag. Goiano do Livro, 2000; SILVA, Ana Cristina Martins de Souza. *Idéias encenadas: uma interpretação de O demônio familiar, de José de Alencar*. Campinas, Dissertação (Mestrado), IFCH/UNICAMP, 1996.

⁴ ALENCAR, José Martiniano de. *Bênção paterna*. In: *Sonhos D'Ouro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d., p.11. Na ansiedade de *guiar* o leitor, Alencar acrescentava ao texto prefácios, posfácios e notas de rodapé.

⁵ O IAB foi fundado em 1843, no contexto da centralização e da consolidação do Estado Imperial.

Tratava-se de atenuar os rigores da escravidão, com introdução de leis destinadas na proibição e moderação aos castigos corporais, permitindo a alforria via pecúlio e coibindo o “ajuntamento ilícito” entre senhor e escrava. No fundo, o que esses juristas desejavam era o “aperfeiçoamento moral” tanto dos senhores como dos escravos. Os primeiros deveriam ter um comportamento pautado nos valores cristãos e entender que a lei era soberana; os escravos tinham de assimilar a disciplina, o amor ao trabalho e a “boa conduta”. Os discursos dos membros do IAB visavam “ensinar” aos proprietários que “humanizar” o sistema não significava enfraquecê-lo. Apesar de defenderem as teses da emancipação gradual e lenta e do direito de propriedade, introduziram elementos novos: a retórica do “direito natural” e a idéia da lei, representada pelo Estado, como instância mediadora entre proprietários e escravos.⁶

Movidos pela “consciência do atraso”, os intelectuais brasileiros do século XIX, sobretudo os da segunda metade, deixaram-se conduzir pelo desejo de mudanças: transformar “mortos civis” em “cidadãos”, mediante a difusão da instrução; metamorfosear a noção de trabalho (sinônimo de castigo e aviltamento) em trabalho como fonte de riqueza e elevação moral; de orientar a elite para implementar reformas, visando engatar o país à corrente das nações capitalistas e democráticas.

A intelectualidade brasileira das últimas décadas do Oitocentos protagonizou um movimento “ilustrado”. Influenciado por autores “populares” europeus do século XIX, “... de certo modo desempenhou um papel semelhante ao do Iluminismo na Europa do sé-

⁶ PENA, Eduardo Spiller. *Pagens da casa imperial: juristas e escravidão no Brasil do século XIX*. Campinas, Tese (Doutorado), UNICAMP, 1998. Perdígão Malheiro, que foi presidente do Instituto dos Advogados do Brasil (1861-1865) e emancipacionista, insistiu na necessidade de promover “melhoramentos nos costumes” – suprimir os castigos corporais, criar condições para os escravos viverem “sobre si”, persuadir os senhores a alforriarem seus escravos, incentivar a constituição de famílias – medidas essas que visavam preparar senhores e escravos para viverem numa sociedade livre. MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. V.II. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 94-103.

culo XVIII”. Os intelectuais que pertenceram ao movimento propugnavam: a crença na força das idéias; acreditavam que a ciência e a educação eram os instrumentos únicos para melhorar o ser humano; a história como disciplina essencial para compreender o mundo. Os objetivos eram “ilustrar o país” pela ciência e a cultura; transformar a sociedade pela ilustração.⁷

2 - A abolição e a construção de uma identidade transatlântica

O exame do pensamento de Nabuco, elaborado durante a campanha abolicionista, nos quase dez anos (1879-1888) de militância em prol da extinção da escravidão, permite vislumbrar um político empenhado em construir um discurso político-pedagógico.

Está inserido na tradição dos intelectuais e bacharéis que atribuíram para si a “missão” de civilizar o “povo” e a classe da qual fazia parte. Se os juristas e advogados do IAB, conforme foi dito, aconselhavam a necessidade de “humanizar” a escravidão para salvar o sistema, Nabuco, em outro contexto, alertou a elite de que a manutenção do *status quo* (a sociedade controlada pelos “brancos”) dependia da extinção da escravidão.

O que orientou Nabuco durante a campanha abolicionista foi a crença de que ele era depositário da “consciência” da nação. Numa carta endereçada a José Mariano, em julho de 1888, o deputado Joaquim Nabuco expôs o seu desgosto em relação aos partidos, já que o Liberal e o Conservador “esmagavam o povo” e o Republicano, que “mal começava”, já estava “adornando o bezerro de ouro”. Manifestou ainda o apoio ao gabinete de João Alfredo, que estava sendo atacado devido a Lei Áurea. Na missiva, afirmou o abolicionista que não tinha mais energia para prosseguir, pois disse estar esgotado da campanha na qual se envolvera.

⁷ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: EDUSP, 1986, p. 9.

Pedi a Mariano que continuasse a luta pela Federação, um dos pontos definidos por Nabuco no projeto de reforma que elaborara para o país, a qual previa, além deste, a abolição, a “reforma agrária” e a instrução. E arrematou: “Você tem a alma do povo, eu a tenho a consciência”.⁸

É como “educador das consciências” (termo dele) que Nabuco atuou no Parlamento, nas reuniões públicas, nas campanhas eleitorais e na imprensa. O seu objetivo era defender essas teses: a escravidão deveria chegar ao fim pela via parlamentar; a transição não poderia deslizar para o confronto entre senhores e escravos; a insistência em manter a escravidão significava o suicídio dos proprietários; o “atraso” (cultural, econômico, político e social) do país só poderia ser superado com a remoção do obstáculo maior, a escravidão, e com a implementação de reformas complementares, como a “democratização da terra” e a instrução; o único caminho para o país se inserir no “mundo civilizado” implicavam a abolição e as reformas auxiliares, sem as quais o Brasil perderia o “bonde da história”.

A campanha abolicionista no Brasil, segundo a ótica de Nabuco, estava inserida em um movimento maior, de amplitude “universal”, cujos focos de irradiação localizavam-se na França, na Inglaterra, países que suprimiram o trabalho escravo em suas

⁸ NABUCO, Joaquim. *Campanhas de imprensa: 1884-1887*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial SA, 1949. (Obras completas de Joaquim Nabuco, tomo XIII, v. 1), p. 175. Quando se referiu a José Mariano como portador da “alma do povo”, certamente aludia ao fato deste liberal, abolicionista da província de Pernambuco que vivia perto da população e “comia sarapatel e bebericava vinho ordinário pelos quiosques como qualquer tipógrafo ou revisor de jornal, nunca viveu como político longe do povo sofredor”. (FREYRE, Gilberto. *Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1948, p. 42-43). Em outro momento, posteriormente à derrota na eleição para deputado, Nabuco decidiu ir para Londres. Essa decisão deu motivo para adversários e abolicionistas alegarem que ele estava abandonando a causa. A resposta de Nabuco foi a seguinte: já que não tinha lugar no Parlamento, fora do Brasil teria melhores condições de “... educar o povo através de panfletos e escritos” (grifo nosso) (Nabuco, Joaquim. *Cartas aos abolicionistas ingleses*. (org. e apresentação José Thomaz Nabuco). Recife: FUNDAJ, Massangana, 1985, p.18). No “exílio” (como dizia se sentir ausente do Brasil), escreveu o panfleto político antiescravidão, *O Abolicionismo* (1883).

colônias e nos Estados Unidos.⁹ Estava em jogo o combate entre a “razão universal” e a “razão nacional”. Acreditava o abolicionista na inevitabilidade da vitória da primeira, pois o Brasil se apresentava à consciência do mundo como o único país do Ocidente que ainda tolerava a escravidão. Não havia acontecimento político “universal” que não afetasse o Brasil, e, deste modo, a abolição da escravidão pela Inglaterra, França e Estados Unidos, necessariamente, atingiria o país. O combate em prol da emancipação dos escravos não significava tão-somente a “redenção” do negro, do “homem brasileiro”, do país, mas, sim, a vitória da “humanidade”. Ou ainda: a vitória de uma “idéia moral, de um princípio universalmente aceito pela consciência humana”.

Na luta titânica pela superação das barreiras que separavam o país dos países democráticos não cabia argumentos suspeitos à interferência de opiniões estrangeiras a respeito do rumo que deveria tomar a escravidão no Brasil. Desse modo, contra os escravocratas que viam com reserva a presença de idéias dos abolicionistas ingleses a favor da abolição, Nabuco afirmou:

Seria original se o nosso futuro tivesse que sair todo do fundo estritamente nacional, sem essa constante agregação de princípios, noções, idéias e costumes estrangeiros que mantém e manterá sempre o nosso povo no movimento geral do mundo civilizado. Dentro de muito pouco tempo seríamos com efeito uma raça original, mas que originalidade! Não é, porém, ao exclusivismo intolerante desse tipo de brasileiro incomunicável e fechado em si mesmo, que a nação aspira. Ela tem outro ideal, e esse é aproximar-se o mais possível dos outros povos, apagar as diferenças políticas e sociais que existem entre ela e as democracias criadas.¹⁰

⁹ Nabuco alertou os abolicionistas, que levavam a idéia de liberdade aos escravos, sobre o perigo de uma guerra civil entre brancos e negros. Isto ocorreria quando as paixões, “quebrado o freio do medo, não conheceriam limites no modo de satisfazer-se”. Afirmou, então, que o abolicionismo o qual estava ligado era o de Wilberforce, Lamartine e Garrison (NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes/Instituto Nacional do Livro, 1977.

¹⁰ NABUCO, Joaquim. *Campanhas de imprensa: 1884-1887*. op. cit., p. 76. Visando reforçar a idéia de que o abolicionismo brasileiro estava sintonizado com o

A crença segundo a qual o país, fatalmente¹¹, se conectaria ao “movimento universal” possibilitou Nabuco construir um discurso de condenação à escravidão nos termos da defesa de “princípios universais”. Neste sentido, o Brasil, na condição de ser o único país que ainda sustentava o trabalho escravo, estava atentando contra a “humanidade toda”. Destruída a escravidão (“instituição fóssil”), o Brasil deixaria de pertencer à “porção retardatária do globo” e passaria a participar da “coesão geral”, ou seja, da comunidade “civilizada” do mundo. A escravidão opunha-se frontalmente aos princípios fundamentais do direito moderno, o qual era um valor “humano”, portanto, “universal”.

O Brasil apresentava-se ao mundo ocidental, frisou Nabuco, como uma “anomalia”, pois mantinha um milhão e meio de seres humanos na condição de escravos. Ao negá-los o estatuto de pessoas e de indivíduos com direitos iguais aos dos brancos, o país permanecia à margem do século XIX, o qual, de acordo com Nabuco, “nasceu com a liberdade” (ele citou a Unificação Italiana, o fim da servidão na Rússia e a emergência do trabalho livre nos Estados Unidos).¹²

Nabuco expôs essa idéia no Teatro Santa Isabel, em 16 de novembro de 1884. Essa conferência foi proferida em Recife e fazia parte de sua campanha para deputado pela província de Pernambuco. Seu discurso teve o objetivo de fazer um relato aos eleitores de sua atividade política desde que entrou no Parlamento, em 1789. Neste ponto da discussão, interessa, especificamente, a

“abolicionismo universal”, Nabuco reproduziu um discurso de Gladstone: “Alongando as nossas vistas além de nossas praias, podemos obter às vezes um auxílio valioso para a direção dos nossos negócios nas opiniões formadas em outros países sobre questões internacionais ou domésticas, que eles muitas vezes encaram com uma boa vontade sincera, elevando-as acima do nível dos preconceitos locais”. Cf. *Ibidem*, p. 177.

¹¹ De acordo com Maria Alice Rezende de Carvalho “... a compreensão da realidade sociológica brasileira (...) parece corresponder à valorização de uma naturalidade inscrita no mundo...” CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*, Rio de Janeiro: Revan, 1998, p. 35.

¹² NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista no Recife*. 2ª ed., Recife: Fundaj, Massangana, 1988, p. 74.

reflexão que elaborou em torno de sua viagem à Europa, em 1881. Uma viagem que seria de descanso (era deputado na ocasião) tornou-se uma “peregrinação abolicionista”. Passou por Portugal, Espanha e Inglaterra e nesses três países, encontrou entidades e políticos simpatizantes ou militantes da causa abolicionista.

Do que viu e ouviu em Portugal, o conferencista ressaltou o fato de o Brasil ter sido a grande obra (junto com *Os Lusíadas*) dos portugueses. A emancipação de um milhão e meio de escravos seria o complemento “grandioso” da Independência de 1822. Na Espanha, continuou Nabuco, recebeu entusiásticas palavras de apoio para a causa abolicionista, e encontrou-se com senadores e deputados cubanos. Continuando sua peregrinação, Nabuco chegou à Inglaterra. Nessa experiência, expressou toda a admiração que sentia pela “raça Anglo-Saxônica”, por ser ela o “paladino da liberdade”. Foi recebido pela sociedade abolicionista de Londres (Anti-Slavery Society).¹³

Ao utilizar o relato da peregrinação à Europa, o abolicionista construiu uma alegoria da aproximação entre povos, nações, línguas e continentes, tendo como linha mestra o combate à escravidão. Esse ideal “humano” e “universal” criou uma aliança entre aqueles países. É como se as especificidades locais estivessem se desmanchando para dar lugar a uma rede de interesses; “filantrópica”, diga-se. O movimento abolicionista brasileiro perdia, na alegoria de Nabuco, a cor local, para constituir-se “... na obra maior, mais universal, mais cheia de interesse para a humanidade...”.¹⁴

A comunhão de ideais entre cubanos, portugueses e espanhóis e o abolicionista brasileiro (Nabuco) criou um “nós, americano” e, ampliando, uma identidade transatlântica. Nabuco anotou: “... em Portugal a aproximação de dois povos, em Madrid a das duas Américas, na Inglaterra a de dois mundos, para a abolição da escravidão na Terra...”. Nessa conferência, Nabuco buscava persuadir seus ouvintes de que sua futura atuação no Parlamento

¹³ A Anti-Slavery society foi fundada em 1823 por Wilbforce, Buxton e outros.

¹⁴ NABUCO, J. *Campanha abolicionista...*, p. 93.

não visava os interesses provincianos de Pernambuco, pois sua luta estava destinada a “redimir” a “nação”. Mais ainda, o seu combate tinha um alcance mais amplo, pois ele julgava estar prestando um serviço à “humanidade”.¹⁵

3 - “Homens do nosso tempo e do nosso país”

Nabuco experimentou o dilema do homem culto brasileiro, que vivia dividido entre dois mundos: o Brasil e a Europa. Poder-se-ia pensar que ele resolveu esse dilema durante os quase dez anos (1879-1888) de vida pública, na condição de militante político em prol da causa abolicionista.

Os intérpretes do pensamento de Nabuco referem-se a esse período como um momento de ruptura na sua vida. Até 1879, quando foi pela primeira vez ao Parlamento, era visto tão-somente como um dândi, um poeta que escrevia em francês e foi autor de uma “... peça teatral cujos alexandrinos convencionais debatem os problemas de consciência de um alsaciano depois da Guerra de 1870”.¹⁶ Deputado eleito, Nabuco manifestou pouco ou nenhum interesse pela política, como deixou anotado em uma carta ao barão de Penedo, que residia em Londres, em 12 de setembro de 1878:

*Ao entrar na vida política sinto-me antes triste e desanimado do que alegre e cheio de esperança. Preferia achar-me descansando em Half-Moon Street, perto de Grosvenor Gardens, gozando da excelente companhia de sua casa.*¹⁷

¹⁵ NABUCO, J. *Campanha abolicionista...*, p. 98.

¹⁶ Nabuco escreveu ainda, em 1874, depois do retorno da primeira viagem pela Europa, um livro de reflexões denominado *Amour et Dieu*. Observe-se que vários autores utilizaram a língua estrangeira na elaboração de obras, tanto no Brasil quanto nos países hispano-americanos. (CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987, p. 149). Caso exemplar de “aristocratism alienador” (a expressão é de Antonio Candido) foi o de Tobias Barreto, que publicou um periódico em alemão numa pequena cidade do Nordeste.

¹⁷ NABUCO, Joaquim Nabuco. *Cartas a amigos*, v. 1, p. 29.

Se nos primeiros momentos ainda sentia “atração pelo mundo” e pouco apreço pela política ou pela realidade brasileira, oito meses depois (8 de maio de 1879), Nabuco escreveu outra carta ao barão de Penedo e afirmou:

*O Diário Oficial deve ter dado o motivo do meu longo silêncio. Não há deputado mais assíduo do que eu, e não se perde tempo só que se fica na Câmara, quando se é tão assíduo assim; volta-se para a casa coma cabeça cheia do que se viu, ouviu, ou fez - e para pensar no dia seguinte.*¹⁸

No período abolicionista, como ele fez questão de lembrar em vários momentos, foi homem de uma só idéia: a causa da abolição. No Parlamento, na imprensa, nas campanhas eleitorais e nas conferências, as questões políticas brasileiras, sobretudo a abolição, absorveu-o completamente. O escritor, o poeta e o dândi deram lugar ao homem público e ao reformador social. A respeito da “metamorfose” de Nabuco, José Maria Bello anotou: “As preocupações do homem público corrigiu o intelectual, o artista e o pensador: permitindo-lhe mais sensibilidade e emprestando-lhe aos esforços e finalidade social imediata”.¹⁹

Em vez de concluir que Nabuco resolveu a dualidade de viver entre duas realidades – Brasil e Europa – partir do exposto acima, é mais pertinente afirmar que corroborou a visão de alguns intelectuais de sua geração, como foi o caso de Sílvio Romero, para quem era preciso harmonizar as duas tendências – uma que se voltava para as idéias européias e, outra, para a “pré-história” e a história nacionais. Para ele, os extremos deveriam ser evitados, pois podiam conviver e interagir. Ele arrematou: “Devemos ser

¹⁸ NABUCO, J. *Carta a amigos...*, p. 31.

¹⁹ BELLO, José Maria. Joaquim Nabuco. In: *Inteligência do Brasil*. 2^a ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 70. Antonio Candido atribuiu a sensibilidade de Nabuco para os temas sociais e a “radicalização” de suas idéias e ação política ao “... contato com a massa e o diálogo com o público...” durante o período em questão. CANDIDO, Antonio. Radicalismos. In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. São Paulo, 4(8): 4-18, Jan.- Abr. 1990, p. 9.

homens do nosso tempo e do nosso país”.²⁰

Nabuco, no período abolicionista, foi um homem de seu tempo e de seu país. Pensou a sociedade brasileira, propôs um projeto de nação, imaginou ver a “herança colonial” (latifúndio, escravidão, mandonismo e ignorância) se desmanchar para dar lugar a um país de pequenos proprietários, de trabalho livre, industrializado e instruído. Encarnou o homem público que enxergava a necessidade de “atualizar” o país, colocando-o no nível do século XIX. Daí a urgência em destruir a escravidão, a qual pertencia ao “... número das instituições fósseis, e só existe em nosso período social numa porção retardatária do globo, que escapa por infelicidade sua à coesão geral”.²¹

A atestar o como Nabuco estava sintonizado com o seu tempo é a apreensão de alguns pressupostos que defendeu: acreditava na força das idéias para transformar o mundo; o conhecimento tinha uma função prática: pautar a ação política. A “Ilustração brasileira” tinha como um de seus pressupostos a crença no potencial transformador das idéias.²²

Joaquim Nabuco tinha consciência de que, junto com as mercadorias, as informações, a eletricidade, os navios, as “... idéias [davam] volta ao mundo e [traziam] o progresso para todos os países”.²³ Portanto, o abolicionismo, visto como uma ideal civilizatório, consagraria a vitória da “razão universal” sobre os particularismos locais.²⁴ Cria que as hierarquias e desigualdades (de raças, classes, pode-se acrescentar: de países) eram “anomalias”, “corpos estranhos” que, necessariamente, deixariam de existir nas sociedades modernas, porque sucumbiriam frente à força avassaladora da “civilização” e o ideal de igualdade. As dispari-

²⁰ CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988, p. 71.

²¹ BARROS, R. S. M. de., op. cit., p. 10.

²² Idem, *Ibidem*, p. 10.

²³ NABUCO, J. *Cartas aos abolicionistas ingleses*, p. 72.

²⁴ Por particularismos locais entende-se todas as barreiras (escravidão, o “poder feudal do latifúndio”, o mandonismo, o desinteresse dos partidos pela causa abolicionista) ao “progresso e à civilização”.

dades, de qualquer natureza, encontrariam “seu nível natural”.²⁵

Neste ponto, Nabuco concordava com dois pressupostos do século XIX, que pautaram o pensamento e a ação de intelectuais e militantes liberais da causa abolicionista na Europa da época da Restauração (os quais muito influenciaram o abolicionista, como fez questão de afirmar diversas vezes): a História era um movimento irreversível em direção ao progresso social; uma sociedade só poderia ser considerada livre na medida em que todos os seus membros fossem livres.²⁶

O abolicionista compartilhava o mesmo ponto de vista em relação ao conhecimento e ao pensamento como meios de intervenção política. Em decorrência, negou uma certa tradição e prática dos homens de letras do Brasil em considerar o trabalho intelectual como “ornamento”. Para ele, pensamento e conhecimento deveriam ser instrumentos de ação. Destacou que fez parte de uma geração motivada por outro princípio, o de servir-se do estudo para fins pragmáticos. Neste sentido, Nabuco anotou: “... pertenço a uma classe de homens políticos para os quais a humanidade não é uma expressão sem alcance prático.”²⁷

4 - Abolição *versus* escravidão: o bem contra o mal

Fez parte do discurso pedagógico de Nabuco o argumento segundo o qual o ideal abolicionista em que estava inserido não tinha um sujeito histórico definido e era a-histórico. Não tinha sujeito porque “... não é nenhum de nós que mata a escravidão, é o

²⁵ NABUCO, J. *O abolicionismo*, p. 89.

²⁶ Segundo o historiador da arte Albert Boime, a idéia de que o progresso social implicava a emancipação dos membros mais oprimidos da sociedade motivou a ação de militantes como Wilbeforce e Clarkson e artistas como Géricault, autor de *The Raft of the Medusa* (1818-19), na crítica à escravidão: Boime, Albert. *The art of exclusion: representing blacks in the nineteenth century*. Washington Smithsonian Institution Press, 1990, p. 53.

²⁷ NABUCO, J. *Conferências abolicionistas do Recife*, p. 64.

espírito do tempo²⁸, e por isso o nome do verdadeiro abolicionismo é Ninguém²⁹; a luta era a-histórica porque o combate contra a escravidão transcendia épocas, uma vez que fazia parte da “História da Humanidade”.

A luta entre abolicionismo e escravidão esteve no cerne da “História Universal”; na antiguidade clássica, na época moderna e, finalmente, no século XIX. No discurso de Nabuco, a oposição entre ambas as forças assumiu o sentido do embate titânico entre o bem e o mal: o primeiro assimilado à civilização e à bondade; o outro, à barbárie e à maldade.³⁰

No século XIX, de acordo com o autor, a instituição escravocrata estava condenada pela Religião, pelo Direito Natural, pela Pátria e pela Humanidade. A tarefa do abolicionista, situado historicamente no século que “nasceu com a liberdade”, era encarnar a “missão civilizatória” de abolicionistas de “todos os tempos” como Catilina, Spartacus, John Brown, Wilberforce, Lamartine e Grarrison.

Ao visar enobrecer o esforço do movimento abolicionista, Nabuco atribuiu-o um caráter de “filantropia”, buscando sua legitimidade no ideário dos ingleses da *Anti-Slavery Society*. Conforme Nabuco, esta sociedade “filantrópica” era

*ilustre e desinteressada que trabalha pela causa da humanidade em todos os países e que tendo conseguido a liberdade dos escravos ingleses não descansou ainda, e continua a lutar para conseguir a dos escravos cubanos, brasileiros, egípcios e muçulmanos.*³¹

²⁸ A intelectualidade brasileira que pertenceu à geração de Nabuco e batalhou por reformas para o país utilizava insistentemente os termos “espírito do tempo” ou “século” para frisar o “atraso” do Brasil em comparação aos Estados Unidos e Europa. O século XIX era o tempo das indústrias, do vapor, do telégrafo, do crescimento das cidades e da democracia. O Brasil, ainda uma economia agroexportadora sustentada pelo trabalho escravo, estava distante da porção “civilizada” do Planeta. Esses termos denotam o desejo de chamar a atenção para o descompasso e à urgência de mudanças.

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 64.

³⁰ MARSON, Izabel de Andrade. Liberalismo e escravidão no Brasil. In: *Dossiê Liberalismo / Neoliberalismo* (17), 1993, p. 109.

³¹ NABUCO, J. *Conferências abolicionistas do Recife*, p. 94-95.

Foi o discurso baseado na “filantropia”, no interesse da “humanidade”, no bem comum que norteou Nabuco ao esforço de criar a dicotomia Abolicionismo *versus* Escravidão, concebidas como categorias “universais”, pois traduziam a luta eterna do bem contra o mal. Ao transferir a dicotomia para o Brasil dos anos 80, construiu um sistema binário de forças opostas: a Escravidão foi assimilada ao interesse de classe e raça, ao “atraso”, ao passado (Antigo Regime, monopólio e feudalismo), à barbárie; e o Abolicionismo, ao “espírito público”, ao “patriotismo”, ao “altruísmo”, ao “bem comum”, à “humanidade”, à “civilização”, ao “progresso” e ao “futuro” (modernidade). O combate não estava se dando entre classes ou raças, pois o embate, em essência, era moral.

O projeto político de “regeneração” da nação tinha de rejeitar qualquer tipo de preconceito local contra a opinião estrangeira. A tarefa de edificar um país “moderno” exigia, de um lado, patriotismo; de outro, a aceitação da interferência da opinião alheia. Nabuco fundamentou essa idéia na história da abolição nos Estados Unidos. Após afirmar que “todos nós entregamos uma boa parte da nossa consciência à guarda do próximo”, deu a seguinte explicação para o caso dos Estados Unidos: lá “... foi o desgosto nacional de parecer estarem os americanos atrás da Inglaterra em uma questão de progresso político”³². Tratava-se, então, de persuadir a “consciência nacional” de que o Brasil era o último país do Ocidente, ao lado de Cuba, que ainda abrigava em seu seio a “instituição criminosa”, igualando-se, assim, a países como Egito e Turquia.

Acreditava Nabuco que estava em gestação um Partido Abolicionista, o qual foi concebido como uma corrente de opinião que ganhava todo o país, de Norte a Sul. Esse Partido afastava-se dos outros (Liberal, Republicano e Conservador), na medida que era o único movido pelo espírito filantrópico, patriótico e humanitário. Movia-se seguindo a ética de princípios. Já os demais, vi-savam o poder. Esta obsessão pelo poder era um dos “... efeitos mais incontestáveis do servilismo que a escravidão deixa após si ...”³³.

³² NABUCO, J., *Campanhas de imprensa: 1884-1887*, tomo XII, p. 77

³³ Idem, *O abolicionismo*, p. 33.

O partido Liberal e o Conservador, tradicionalmente, revezavam-se no governo. A partir daí controlavam os cofres públicos e sistema de produção de dependentes. No sistema vigente, o interesse privado assenhorava-se do poder público. Em suma, os partidos Liberal e Conservador representavam a escravidão. O abolicionismo, por sua vez, era a corrente que se rebelava "... contra semelhante monopólio – da terra, do capital e do trabalho".³⁴

A questão central para os partidos tradicionais era a discussão da forma de governo (Monarquia ou República). De acordo com Nabuco, para o Partido Abolicionista, "... antes de discutir qual o melhor modo para um povo livre de governar-se a si mesmo – é essa questão que divide os outros – trata de tornar livre esse povo, aterrando o imenso abismo que separa as duas castas sociais em que ele se extrema". Ou seja: estava em jogo a superação da escravidão e não da Monarquia.

O Partido Abolicionista deveria transcender classes, ideologias e facções políticas, pois agregaria todos os que estivessem motivados pelo ideal abolicionista e pela "redenção" da nação. Aqui, de novo, uma bipolaridade: de um lado "... o entusiasmo das nobres dedicações aos princípios da moralidade social", os que olhavam para o futuro, os que aspiravam à elevação do país ao nível de "outros estados", os que se guiavam pelos princípios ético-jurídico da modernidade. E, de outro, "... a solidariedade por motivos de partido", os "rotineiros" apegados ao desejo de impedir a emergência do trabalho livre, os que se apegavam aos interesses de classe, os que estavam na arena política tão-somente visando o poder, que se solidarizavam com os "feudos agrícolas", estando aquém do século XIX, pois ainda permaneciam entre os "povos bárbaros".³⁵ Os partidos existentes não se filiavam ao Abolicionismo, porque os membros agiam movidos por interesses privados e não por "ideais".

³⁴ NABUCO, J. *O abolicionismo.*, p. 33-34.

³⁵ NABUCO, J. *Campanhas de imprensa: 1884-1887*, tomo XII, p. 41.

No Brasil, “a adesão dos partidos não é a idéias, mas a homens “(...) a pessoas e não a princípios”.³⁶ Essa crítica de Nabuco partiu de um membro oriundo da elite agrária, mas que cresceu e se formou dentro dos princípios liberais e, por isso, estava em condições de enxergar a “patronagem” – esta entendida como a prática de troca de favores “... entre indivíduos das classes dominantes e das classes subalternas...”³⁷ – em oposição à “ética liberal”, a qual pressupunha o acesso dos indivíduos de talentos aos postos públicos sem a mão de “padrinhos”.³⁸

A formação do Partido Abolicionista, estruturada por “cismáticos de todas as outras” agremiações, o qual se movia menos por interesses de facção do que de “consciência humana”, significava, nos anos 80, momento em que se travava a luta pela abolição da escravidão, o sinal da vitória da Razão universal sobre os particularismos locais, neste caso, a “ética da patronagem”.

5 - “Ação política” versus “ação revolucionária”

O último item a ser abordado neste artigo trata da relação de Nabuco e a sua “Igreja” (termo do autor) com outras correntes abolicionistas; ou seja, as outras “igrejas”. Nabuco denominou “igrejas” as alas que atuaram no movimento abolicionista. No seu livro autobiográfico, anotou:

Dentre aqueles com quem mais intimamente lidei em 1879 e 1880, e que formavam comigo um grupo homogêneo, a nossa pequena

³⁶ NABUCO, J. *Campanhas de imprensa...*, p. 190.

³⁷ COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: teoria e prática. In: *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. 7ª ed., São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p.167-168.

³⁸ Na carta que enviou de Londres a Pedro Américo, em 10 de novembro de 1882, anotou: “A escravidão é a causa primordial da falta de espaço para o desenvolvimento de uma vocação. Todo ideal pode considerar-se proscrito”. Em uma missiva ao barão Homem de Melo, escrita em 28 de novembro de 1882, Nabuco afirmou que recusou o convite que recebera para o cargo de bibliotecário, pois “... quem entra para o serviço público (...) é considerado logo um parasita e, pior que isso, um cliente do governo”. NABUCO, J. *Cartas a amigos*, p. 82 e 96.

*igreja, as principais figuras era André Rebouças, Gusmão Lobo e Joaquim Serra... A igreja fronteira era a de José do Patrocínio, Ferreira de Menezes, Vicente de Souza, Nicolau Moreira, depois João Clapp com a Confederação Abolicionista.*³⁹

A análise desta questão refere-se à disputa *política* entre as diversas correntes que pugnavam pela abolição. O nosso personagem esforçou por apresentar o Partido Abolicionista como uma facção que se movia, em essência, por motivos que transcendiam os interesses de classe ou de grupos, pois esse Partido estava à frente de um movimento em prol de entidades coletivas genéricas e abstratas, seja a “Pátria”, seja a “Humanidade”.

No entanto, em diversos momentos, percebia que haver uma disputa política sobre a questão dos meios a serem trilhados para chegar ao fim comum a todas as “igrejas”: a abolição. Tratava-se de guiar o movimento, já que era impossível represá-lo. A escolha dos meios dizia respeito aos canais em que se faria a transição da escravidão para o regime de trabalho livre. O abolicionista seguia fiel ao seu ideal de levar a cabo a reforma pela via parlamentar; já outras alas defendiam a idéia de que a campanha abolicionista deveria tomar as ruas e as fazendas e mobilizar os escravos, libertos e demais membros da sociedade.

De fato, o contexto do período revela haver várias facções no interior do movimento. O movimento abolicionista no Rio de Janeiro, na década de 80, pode ser dividido em duas vertentes: a “nacional” e a “local”.⁴⁰ A primeira, na qual estava incluído Joaquim Nabuco, propugnava a reforma social por intermédio do Parlamento; a outra mobilizava o público, atuando diretamente com os escravos e não se limitando a atuar no interior da lei, mas tinha a intenção, caso fosse necessário, de violá-la.

Ao lembrar das personalidades que participaram do movimento que deu cabo à escravidão, Nabuco aludiu a três “espíritos”

³⁹ NABUCO, J. *Minha formação*. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984, p. 69.

⁴⁰ BERGSTRESSER, Rebecca Baird. *The movement for the abolition of slavery in Rio de Janeiro. Brazil, 1880–1888*. Stanford University, PhD, 1973, mimeo, p. 123.

que atuaram naquele momento: o “revolucionário”, o “liberal” e o de “governo”.⁴¹

Ao governo se deve o caráter pacífico e rápido da transição. O segundo, guiado pelo “espírito humanitário e extreme (sic) de ódios e tendências políticas”, foi responsável pela condução da abolição pelo caminho do Parlamento, sendo evitada, assim, a guerra de raças e de facções. E o revolucionário, Nabuco associou a José do Patrocínio, que simbolizou a época (vista como “revolucionária” pelo autor), “... o irresistível do momento”.

Forjou um esquema no qual as duas forças (a revolucionária e a moderada), em todas as épocas, tinham um papel específico, uma espécie de “divisão do trabalho”. Deste modo, cabia aos “revolucionários” cravar a cunha para abrir a “primeira brecha” no sistema.⁴² Sua missão encerrava-se aqui. A ação dos “radicais” levava, necessariamente, à guerra civil e, ademais, com eles era impossível governar.⁴³ No raciocínio de Nabuco, cabia aos moderados, tão-somente a eles, a condução do processo. Em 1883, no panfleto *O Abolicionismo*, viu no “abolicionismo” (a sua ala) uma barreira se erguer evitando os conflitos inerentes à revolução.

Preocupado em propagar a idéia segundo a qual o único caminho legítimo para levar a cabo a transição, referiu-se à existência de dois grupos: “um representava a ação política”; “o outro a ação revolucionária”. Ainda que tenha afirmado haver entre ambos uma influência recíproca, fica claro que ele desejava realçar a positividade do primeiro em detrimento do segundo. Os “revolucionários”, no pensamento de Nabuco, estavam assimilados às pessoas que agiam movidas pelo “instinto”, pelo impulso dos “cegos de boa vontade”, ou pelo “voluntarismo”. O primeiro grupo, do qual ele fazia parte, compunha-se de “demiurgos”, que agiam

⁴¹ BERGSTRESSER, R. B., op. cit., p. 177-8.

⁴² NABUCO, J. *O abolicionismo*, p. 178.

⁴³ Nabuco, certamente, retirou este raciocínio de seu pai, que o influenciou profundamente na sua formação. Seu pai anotou: “a fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar...” (Apud NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 25).

movidos pela Razão e pelo “bom senso”.

Esta distinção entre “ação política” e “ação revolucionária” pode ser expressa em termos da oposição entre um “nós abolicionistas” e os “outros”. Esta dualidade apareceu nos discursos de Nabuco, quando foi provocado a referir-se a eles. De maneira geral, descrevia a oposição entre o Abolicionismo *versus* Escravidão, ambos vistos como entidades unitárias, sem facções, conflitos ou desequilíbrios.

Em 1887, na tribuna do Parlamento, o deputado Joaquim Nabuco, num debate com o também deputado pelo 2º distrito do Rio de Janeiro, Andrade Figueira (membro do Partido Conservador), expôs com clareza a dualidade acima mencionada. Andrade Figueira, no intuito de criticar os abolicionistas, fizera alusão a um certo grupo de Campos que estaria explorando o pecúlio dos escravos. Esse argumento deu ao abolicionista o pretexto para marcar a distinção entre a sua ala e os “abolicionistas do alheio” (a expressão é de Andrade Figueira).

De acordo com Nabuco, o Partido Abolicionista era, na origem, uma corrente moral, composto de “puros” que não desejavam o poder. No decorrer do tempo foi se agregando ao Partido a “massa anônima” que não “eram partidários extremados da idéia”. Essa “turba de aventureiros”, ao perceber a possibilidade de ganhos materiais, juntou-se ao movimento. Daí o “... abolicionismo ativo, propagandístico e político”, composto de homens que sacrificavam tudo pela “idéia”, foi maculado pelo “abolicionismo mendicante”, “faminto” e “anônimo”. No final, concluiu: “É impossível formar um grande partido no Brasil sem imediatamente uma parte dele se cobrir da lepra da dissolução do caráter nacional”.⁴⁴

A menção à “dissolução do caráter nacional”, perpetrados por elementos “clandestinos” que se associaram ao “abolicionismo”, dizia respeito não somente aos supostos membros “mendicantes” de Campos, mas a todos os militantes e grupos que não enxergavam a via parlamentar como único caminho possível,

⁴⁴ NABUCO, J. *Discursos parlamentares*, p.199.

ponto de vista de Nabuco. Para ele, a ala que estava levando o ideal de “liberdade” e de “justiça” para as fazendas e às ruas, que mobilizava a população livre para a causa perpetrava a “adulteração” do “caráter nacional”, o qual, como ele frisou várias vezes, moldou o brasileiro de todas as classes para a “conciliação”, a “harmonia”, a “benevolência”.

A destruição do Antigo Regime deveria ser obra dos abolicionistas “ilustrados”. Enfim, estava em jogo, no discurso de Nabuco, a oposição entre a “ação política” (via parlamentar) e a “revolucionária”.